



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FRANCISCO ERICO NASCIMENTO DA SILVA (ERICO PITAGUARY)

**ETNODESENVOLVIMENTO NO CEARÁ: O CONTRIBUTO DE EGRESSAS/OS
INDÍGENAS DO ENSINO SUPERIOR PARA SUAS COMUNIDADES**

REDENÇÃO - CE
2021



FRANCISCO ERICO NASCIMENTO DA SILVA (ERICO PITAGUARY)

**ETNODESENVOLVIMENTO NO CEARÁ: O CONTRIBUTO DE EGRESSAS/OS
INDÍGENAS DO ENSINO SUPERIOR PARA SUAS COMUNIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Professor Dr. Pedro Rosas Magrini

REDENÇÃO - CE
2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Francisco Erico Nascimento da.

S578e

Etnodesenvolvimento no Ceará: o contributo de egressas/egressos indígenas do ensino superior para suas comunidades / Francisco Erico Nascimento da Silva. - Redenção, 2021.
43f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini.

1. Indígenas - Educação. 2. Políticas Públicas em educação. 3. Ensino Superior. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 379.29

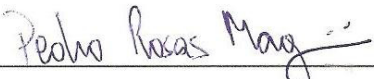
FRANCISCO ERICO NASCIMENTO DA SILVA (ERICO PITAGUARY)

**ETNODESENVOLVIMENTO NO CEARÁ: O CONTRIBUTO DE
EGRESSAS/OS INDÍGENAS DO ENSINO SUPERIOR PARA SUAS
COMUNIDADES**

Artigo apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, UNILAB.

Aprovado em: 23/08/2021

BANCA EXAMINADORA



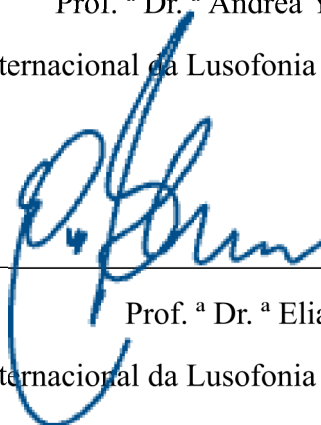
Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira- UNILAB



Prof.ª Dr.ª Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira- UNILAB



Prof.ª Dr.ª Eliane Barbosa da Conceição

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira- UNILAB

Redenção-CE

2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me guardou em toda esta jornada. Por todos os livramentos, todas as bênçãos, todas as lutas que me ajudou em tudo.

Segundamente dedico a minha esposa que me apoiou desde que éramos apenas namorados, sendo ela meu porto mais seguro nestes tempos.

Dedico este artigo também ao movimento indígena do Ceará, a todos meus parentes que contribuíram para essa pesquisa, a todos caciques, pajés, amigos que me ensinaram a valorizar essa cultura, e a lutar por ela.

Dedico também aos meus amigos por estarem comigo em todas as situações, em todos os semestres mais complexos, vocês me aceitaram independente de qualquer coisa.

Dedico a minha mãe que me incentivou a estudar desde que eu era apenas uma criança, que me disse que o valor do estudo é raro.

Por último agradeço a Unilab, em nome de todos meus professores, inclusive de meu orientador que sempre me apoiou desde o começo, essa instituição mudou a minha vida completamente.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a Deus que em 2017 me deu a benção de entrar na instituição que mudaria a minha vida. Não posso medir o quanto esse Deus me faz feliz, e superar todos os obstáculos que se apresentam, e sim sou indígena, e acredito em Deus, nada pode negar um ou outro.

Agradeço a minha mãe por tudo que me ensinou, por todos os conselhos, todo o carinho, por me ensinar a ser diferente dos demais, a ser mais gentil, amável e compreensivo. Agradeço por todos teus sacrifícios, em toda esta jornada acadêmica, eu sei que foram muitos, a sua força me inspirou a nunca desistir, por mais que as circunstâncias estejam desfavoráveis eu vou lembrar de mulher que me criou sozinha, que trabalhou incansavelmente para que eu pudesse ser o que sou hoje, e logo eu retribuirei tudo isso.

Agradeço também a minha esposa, que me amou quando eu estava no meu pior momento, você me fez um homem melhor, cada dia que passa nós superamos diversas coisas juntos, e todas as dificuldades apenas nos fortalecem mais. Nunca imaginei que poderia encontrar alguém assim, e isto me faz muito feliz, eu te amo!

Agradeço também aos meus amigos, que sempre estiveram comigo, em todas as situações, que me acolheram, e foram companheiros sempre.

Agradeço a minha banca examinadora,

Agradeço também ao meu orientador de estágio e de TCC, professor Pedro Rosas Magrini, por sempre me ajudar, e ser um dos melhores educadores com que tive o prazer de aprender, sua sensibilidade e dedicação inspiram.

Por fim agradeço aos meus parentes indígenas, certo de que vou lutar ainda mais por nosso movimento.

RESUMO

A ideia de desenvolvimento no Brasil, desde o período colonial, segue uma lógica positivista, a partir de um olhar técnico, científico, edificado no pilar da expropriação dos recursos naturais. Fica encoberto nos relatos da história que o “desenvolvimento ideal” imposto como forma de “resgate” de pessoas que foram encontradas vivendo em condições “subumanas”, só aconteceu devido a capacidade destes últimos em se relacionar harmonicamente com o ambiente, e da vasta quantidade de técnicas de sobrevivência que dispunham, da exploração e escravização de seus corpos, saberes, tradições e vontades. Na universidade temos vagas reservadas, e uma busca pela permanência dos indígenas. Contudo, como os novos profissionais estarão preparados para o engajamento dos conhecimentos aprendidos em razão da dinâmica local de suas aldeias, a política pública propicia que eles possam impactar a realidade dos seus lugares de origem, habitando e transformando a vida comunitária para manutenção de sua cultura, ou serão forçados a abandonar sua terra, buscando aspirações profissionais entrando na condição de “índios desaldeados”, ou “índios urbanos”. A questão de partida central será em que medida a formação acadêmica de indígenas comporta lógicas etnocêntricas de desenvolvimento, e de que maneira os indígenas ao saírem do ensino superior, podem contribuir para a emancipação dessa conjuntura. A metodologia utilizada foi qualitativa por meio da análise de narrativa, tendo sido pautada por entrevistas semiestruturadas realizadas de forma remota com 9 egressos indígenas de etnias reconhecidas no estado do Ceará. O referencial teórico explicitou o conceito de etnodesenvolvimento pensado pelos autores clássicos, bem como por outros que lhe são críticos, e a gestão geral de políticas públicas indigenistas e do etnodesenvolvimento no Brasil e no Ceará. Os resultados apontaram toda a interface subjacente ao mundo acadêmico, os preconceitos, dificuldades, superações, dilemas e lutas de um indígena nesse espaço. Ouvindo as narrativas, não resta dúvida quanto a relevância das políticas afirmativas, ao mesmo tempo que a centralização do espaço acadêmico e de suas metodologias obstaculiza maiores benesses. O etnodesenvolvimento não é uma alternativa extensiva a todas etnias e territórios indígenas nacionais, apesar de ser um conceito panamericano, não é totalmente pan-indígena.

Palavras-chave: Etnodesenvolvimento, Políticas Públicas, Egressos indígenas.

ABSTRACT

The idea of development in Brazil, since the colonial period, follows a positivist logic, from a technical, scientific perspective, built on the pillar of the expropriation of natural resources. It is hidden in the historical accounts that the "ideal development" imposed as a form of "rescue" people who were found living in "subhuman" conditions only happened because of the latter's ability to relate harmoniously with the environment, and the vast amount survival techniques they had, the exploitation and enslavement of their bodies, knowledge, traditions and wills. At the university we have reserved places, and a search for the permanence of the indigenous people. However, as new professionals will be prepared to engage the knowledge learned due to the local dynamics of their villages, public policy allows them to impact the reality of their places of origin, inhabiting and transforming community life to maintain their culture, or they will be forced to abandon their land, seeking professional aspirations, entering the condition of "disabled Indians", or "urban Indians". The main question will be to what extent the academic training of indigenous peoples includes ethnocentric development logics, and how the indigenous people, upon leaving higher education, can contribute to the emancipation of this situation. The methodology used was qualitative through narrative analysis, based on semi-structured interviews conducted remotely with 9 indigenous graduates from recognized ethnic groups in the state of Ceará. The theoretical framework explained the concept of ethnodevelopment thought by classical authors, as well as by others who are critical of it, and the general management of indigenous public policies and ethnodevelopment in Brazil and Ceará. The results pointed out the entire interface underlying the academic world, the prejudices, difficulties, overcomings, dilemmas and struggles of an indigenous person in this space. Listening to the narratives, there is no doubt about the relevance of affirmative policies, while the centralization of the academic space and its methodologies hinders greater benefits. Ethnodevelopment is not an extensive alternative to all ethnic groups and national indigenous territories, despite being a Pan-American concept, it is not entirely pan-indigenous.

Keywords: Ethnodevelopment, Public Policies, Indigenous graduate

SUMÁRIO

1. Introdução	07
2. Metodologia	11
3. Referencial Teórico	13
3.1 Conceito de Etnodesenvolvimento	13
3.2 Gestão de Políticas Públicas Indigenistas e do Etnodesenvolvimento	16
4. A voz de egressas e egressos indígenas	21
4.1 As trajetórias acadêmicas	22
4.2 Os antecedentes da universidade	24
4.3 O papel das ações afirmativas	24
4.4 As ligações epistêmicas	26
4.5 Falsas liberdades: o caráter da tutela	28
4.6 Etnodesenvolvimento e autodeterminação dos povos	29
4.7 Utopia e bem viver	31
5. Considerações Finais	34
6. Referências	36
7. Apêndice	40

1. Introdução

A ideia de desenvolvimento no Brasil, desde o período colonial, segue uma lógica positivista, a partir de um olhar técnico, científico, edificado no pilar da expropriação dos recursos naturais. Os povos indígenas que habitavam no território que foi ancorado pelos exploradores ibéricos lusitanos, em meados do século XV, foram os primeiros a enfrentar um projeto expansionista que buscava um desenvolvimento ocidental exploratório. A denominação de “índios” ocorreu por um erro de navegação, um equívoco do colonizador (MAGALHÃES, 2019). Mas o termo “índio” está sendo ressignificado, o sentido pejorativo foi reinterpretado para algo positivo, ao passo que reputa uma comunidade multiétnica, de povos que antes rivais, diferentes entre si, agora unidos na luta por direitos difusos e interesses compartilhados (BANIWA, 2008).

Diferente do que está “registrado” em diversos estudos historiográficos, as primeiras populações brasileiras descritas nos documentos coloniais como “povos primitivos”, não foram vítimas passivas do processo violento de dominação, nem eram ingênuos, ou preguiçosos, mas sim resistentes ao movimento invasivo, mobilizando seus grupos em prol de seus próprios interesses. Nesse sentido, expõe Almeida (2010, p.26): “A abertura ao contato com o outro é uma característica cultural de muitos grupos indígenas americanos e especialmente tupis. Outros grupos, no entanto, tinham características culturais distintas e alguns foram bastante arredios e hostis aos estrangeiros”. A resistência foi narrada como selvageria, e a bravura dos povos foi transvertida em uma descrição de monstros e aberrações da natureza, assim foi com os indígenas da etnia botocudos¹.

O modo de vida dos nativos foi fundamental para a sobrevivência dos colonizadores no território desconhecido até então. A narrativa hegemônica de facilidade em adentrar e explorar o novo mundo, já não pode ser tomada como verdade absoluta. O número de estrangeiros era

¹ Os botocudos são uma etnia do troco linguístico macro-jê (Almeida 2010, p. 67) que foram terrificantes na luta contra os colonizadores. Foram identificados como ferozes e antropofágicos, “estranhos”, “feios” e “monstros”, mencionados como “protótipo de índios bravos” que precisavam ser exterminados ou submetidos pelo trabalho e pelas leis, os Botocudos preocuparam as autoridades e intelectuais que refletiam sobre o ideal de sociedade mestiça e homogênea a ser alcançada (Marinato, 2008).

muito inferior aos aborígenes, sendo que os primeiros, tiveram que elaborar estratégias de pacificação, e uso da mão de obra indígena em seu empreendimento, mediante a “alianças com etnias, incentivo a guerra intertribal, escravização e uso de índios nas guerras contra seus pares, negociações e acordos” ALMEIDA (2010, p. 70-90).

Fica encoberto nos relatos da história que o “desenvolvimento ideal” imposto como forma de “resgate” de pessoas que foram encontradas vivendo em condições “subumanas”, só aconteceu devido a capacidade destes últimos em se relacionar harmonicamente com o ambiente, e da vasta quantidade de técnicas de sobrevivência que dispunham, da exploração e escravização de seus corpos, saberes, tradições e vontades. Em outras palavras, a estruturação do Brasil colônia, só se materializou com o apoio de uma forma díspar de existência no espaço, a ótica de uma outra matriz sociocultural, o “etno” no desenvolvimento (AZANHA, 2002).

Com o advento da Constituição de 1988, que reconheceu aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam (BRASIL, 1988, Art. 231), emergem uma série de reivindicações para a democratização dos espaços sociais. Uma dessas áreas era a educação, principalmente o nível superior, que era elitizado desde os estudos de vestibular. Em resposta ao tensionamento proposto por alguns segmentos da sociedade, o governo brasileiro editou em 2012 a lei 12.711, que ficou conhecida como a Lei das cotas. Atualmente, o instrumento é o meio de corrigir as distorções do censo demográfico face a ocupação de cadeiras nas salas de universidades. Em consonância, criou-se em 2013 através da portaria número 389 do Ministério da Educação, o programa de bolsa permanência, um auxílio financeiro para combater a evasão de estudantes indígenas e quilombolas, bem como alunos de baixa renda, que não possuíam condições para se manter diante das dificuldades socioeconômicas.

Os movimentos sociais identitários convivem com ditames progressistas que moldam o Estado brasileiro, a exemplo do positivismo estampado na bandeira nacional, onde se lê: “Ordem e Progresso”, frase preconizada pelo filósofo Augusto Comte. Se homogeneizou um padrão de desenvolvimento, ignorando-se verdadeiras nações indígenas, excepcionais em todos os sentidos. Progresso em que direção? Em acordo com as diferenças da pluralidade étnica registrada no território? Ou simplesmente um preceito ideológico, que segue somente um padrão estético cultural? Sobre a negação da diversidade sociocultural Krenak (2019 p. 16) elucida que “há centenas de narrativas de povos que estão vivos, contam histórias, cantam, viajam, conversam e nos ensinam mais do que aprendemos nessa humanidade. Nós não somos

as únicas pessoas interessantes no mundo, somos parte do todo. Isso talvez tire um pouco da vaidade dessa humanidade que nós pensamos ser, além de diminuir a falta de reverência que temos o tempo todo com as outras companhias que fazem essa viagem cósmica com a gente”.

O campo do saber é eurocentrado e o processo da colonialidade permanece vivo, pulsando nos currículos, sob o contorno da modernidade. Segundo Gomes (2012, p.102) indica: “Tal processo resultou na hegemonia de um conhecimento em detrimento de outro e a instauração de um imaginário que vê de forma hierarquizada e inferior as culturas, povos e grupos étnico-raciais que estão fora do paradigma considerado civilizado e culto, a saber, o eixo do Ocidente, ou o “Norte” colonial”.

Se essa educação ocidental propulsiona o desenvolvimento, o que ela gera no etnodesenvolvimento. Vemos que de um modo geral, os indígenas ingressantes nas IES (Instituições de Ensino Superior) são imersos num “status quo acadêmico”, onde necessariamente devem se “adequar”. Silva (2018, p. 23) afirma: “Inquieta-nos perceber a presença, na educação superior, de alguns atravessamentos na identidade indígena, considerando que o espaço acadêmico ainda é essencialmente marcado pela hegemonia epistêmica colonial, por meio de seus códigos, práticas, metodologias e significados”.

Na universidade temos vagas reservadas, e uma busca pela permanência dos indígenas. Contudo, como os novos profissionais estarão preparados para o engajamento dos conhecimentos aprendidos em razão da dinâmica local de suas aldeias, a política pública propicia que eles possam impactar a realidade dos seus lugares de origem, habitando e transformando a vida comunitária para manutenção de sua cultura, ou serão forçados a abandonar sua terra, buscando aspirações profissionais entrando na condição de “índios desaldeados”, ou “índios urbanos” (BANIWA, 2008). Ainda nesse aspecto quais os desafios dos estudantes indígenas ao se depararem com visões estereotipadas, do “índio colonial mumificado, congelado no tempo, folclorizado no imaginário da sociedade” (PINHEIRO,2002).

Justifica-se o estudo para a área de administração pública, em razão de ser a provedora dessas políticas indigenistas, ações que devem ultrapassar a superfície formal alcançando a igualdade material. A questão de partida central será em que medida a formação acadêmica de indígenas comporta lógicas etnocêntricas de desenvolvimento, e de que maneira os indígenas ao saírem do ensino superior, podem contribuir para a emancipação dessa conjuntura. Assim o

objetivo deste estudo é verificar se os egressos indígenas de etnias do Ceará, do ensino superior, contribuem ou não, para o etnodesenvolvimento de suas comunidades tradicionais, a partir de um dimensionamento do perfil do concludente, e de suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

Os objetivos da presente pesquisa foram: expor o cenário que antecede o ingresso de indígenas a determinada formação superior, evidenciar a relevância das ações afirmativas, mapear o percurso ocupacional dos bacharéis e/ou licenciados indígenas após sua diplomação, e descortinar o conceito de etnodesenvolvimento, sua base legal e sua absorção a luz das narrativas de egressas/os indígenas.

Nas sessões seguintes são apresentamos respectivamente a metodologia aplicada, com o devido delineamento concernente a pandemia, e alinhada as propostas da pesquisa. Em sequência tratamos do conceito de etnodesenvolvimento, e como ele é preconcebido, ao lado disto observamos as diretrizes legais da gestão de políticas públicas indigenistas e do próprio etnodesenvolvimento. Posteriormente, segue-se a análise dos resultados do trabalho para então ser possível tecer algumas considerações pertinentes para esta e futuras pesquisas.

2. Metodologia

O trabalho aqui desenvolvido abrange os sujeitos de pesquisa identificados como potenciais fontes para sanar as dúvidas propostas no item 1 deste artigo, respectivamente o público-alvo: egressos indígenas, de etnias do Ceará, concluintes do ensino superior em instituições reconhecidas pelo ministério da Educação (MEC), sejam elas públicas ou privadas. Para desenvolvimento posterior, se faz indispensável a coleta das informações em outras instituições de ensino superior (IES), tendo em vista que no momento, a enormidade de conteúdo para registrar, e contingências logísticas, econômicas, e de saúde pública, inviabilizam uma cobertura desse porte. O estudo se encaixa como avaliação de políticas públicas, mas apresenta ramificações tendendo para inovação na administração pública, e o implemento de conceitos antropológicos como meio de abordagem para criticar o modo como é gerido o poder estatal, sobretudo no que diz respeito ao amparo das diversidades encontradas na sociedade, nesse caso a observância de contextos étnicos especiais.

A pesquisa foi efetuada por etapas, e com campos amostrais diversificados, visando recolher o maior número possível de registros situacionais. Os meios para se obter respostas às indagações sobrepostas no item 1, foram pesquisas documentais, historiográficas, e conceituais acerca do etnodesenvolvimento no Brasil e no Estado do Ceará. Além disso, realizou-se entrevistas semiestruturadas, aplicadas com os atores sociais apontados, envolvendo temas como: a permanência acadêmica, a adaptação às formas da Universidade, os preconceitos enfrentados, a cosmovisão acerca do etnodesenvolvimento, as motivações para a escolha de seus cursos, e os cenários de atuação dentro e/ou fora de sua terra.

É relevante mencionar que em decorrência da pandemia de Covid-19 as entrevistas foram realizadas de maneira remota, tendo em vista a proteção à vida dos participantes e do próprio pesquisador. O questionário foi enviado para cada um/a individualmente, e as respostas foram gravadas em áudio pelos entrevistados. Outro ponto marcante foi o fato de que no Estado do Ceará encontramos duas licenciaturas interculturais indígenas, ambas ofertadas pela Universidade Federal do Ceará, a Licenciatura Intercultural das Etnias Pitaguary, Tapeba, Kanindé, Jenipapo-Kanindé e Anacé (LI PITAKAJA), e a Licenciatura Intercultural Indígena KUABA (LI KUABA), ressaltamos que esta última era oferecida pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), tendo sido transferida com seu corpo discente para a UFC.

Como forma de cumprir a perspectiva de dar maior protagonismo aos egressos indígenas e suas histórias, pretendemos ao máximo possível fazer com que os leitores vejam a academia

e os conceitos das políticas públicas sob as lentes de um indígena, olvidando a visualização da alteridade. A abordagem que contempla essa proposta é a análise de discurso pelo método qualitativo da narrativa, abonando essa premissa Westezl et. al (2019, p. 193) assinala:

Na narrativa, o que importa é a expressão de um ponto de vista, em determinado contexto social e histórico. Por meio da narrativa objetivamos o pensamento. Assim, as narrativas são ferramentas apropriadas para o estudo qualitativo, pois o objetivo é estudar as representações da realidade do informante.

Essa abordagem contempla um diálogo mais dinâmico, propenso a obter esclarecimentos lacunares, transcrevendo a realidade das vivências que não seriam usualmente captadas por números, metas ou indicadores brutos. Neste estudo, a linha metodológica busca entender os temas envolventes desde o período inicial de vida estudantil de um indígena no ensino superior, que perpassaram durante a trajetória acadêmica, como defrontaram com o mercado de trabalho e com o regresso para suas comunidades, quais expectativas e concretizações. Assim a pesquisa se pauta mediante análise das respostas ao questionário do Apêndice (Item 7).

3. Referencial Teórico

Nesta seção discorreremos acerca do conceito de etnodesenvolvimento e suas diversas peculiaridades, destacando sua origem e sua lógica. No proceder esmiuçamos como ocorre a gestão de políticas públicas indigenistas e do Etnodesenvolvimento, notando onde ocorre o protagonismo indígena.

3.1 Conceito de Etnodesenvolvimento

O ser humano desde os primórdios busca meios de sobreviver diante das condições naturais, aprimorando técnicas e procedimentos, para suavizar o modo como vive e trabalha, numa busca contínua por modernização. Nessa esteira, após o advento do sistema capitalista, sob o eixo da expansão macroeconômica, impulsionado pelo industrialismo, e globalização, Vasconcelos e Garcia (2014) ensinam:

O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELOS. M, e GARCIA.M, 2014, p. 242).

Crescimento econômico foi por muito tempo o indicador de desenvolvimento de uma nação, porém o seu radar não captava o que ocorria na maioria dos países colonizados, a concentração de renda. Mediante a críticas ao modelo, surge a noção de desenvolvimento econômico, nele são levadas em conta o envoltório social que era subtraído, e dessa convenção é criado em 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), formado por indicadores pretensos a medir a concretização dos direitos humanos. Ainda com base nessa evolução, o desenvolvimento sustentável ganha forma, injetando as vistas do desenvolvimento, preocupações com o meio ambiente, com o usufruto harmônico dele, tendo como pano de fundo o compromisso com as próximas gerações.

Foram criadas categorias atreladas à noção de crescimento econômico, os países foram hierarquizados em desenvolvidos e subdesenvolvidos. Países do Norte Global e Sul Global. Ocidentais e Orientais. Industrializados, parcialmente industrializados e não industrializados. Países de primeiro, segundo e terceiro mundo. Um escalonamento pautado na supremacia do gênero humano “diante do antropocentrismo cartesiano, o cosmocentrismo; da dessacralização, o “reencantamento do mundo”; e da integração global, a auto-suficiência (AZANHA, 2002, p.31). Essa perspectiva de desenvolvimento, ainda que sufixada pelo termo “sustentável” é uma

criação pertencente ao fito eurocêntrico de vida, outrossim, encaixar as epistemologias do Sul nessas caixas padronizadas, é algo traumatizante, e assimétrico.

Para as sociedades indígenas, as montanhas, os rios, e as florestas representam mais do que simplesmente algo sem vida, que possa ser manipulado e usado de forma predatória, para esses povos a natureza representa um ser. E porque devemos desrespeitar ou ignorar essa visão, porque não podemos aprender com ela, dar o devido respaldo, compreender seus princípios e anseios. O discurso colonial silencia essas vozes, tenta barrar essas forças que sucedem liberdade de pensar, de agir e de coexistir. Em interlocução KRENAK (2019, p. 22) enuncia:

[...]estamos tentando abordar o impacto que nós, humanos, causamos neste organismo vivo que é a Terra, que em algumas culturas continua sendo reconhecida como nossa mãe e provedora em amplos sentidos, não só na dimensão da subsistência e na manutenção das nossas vidas, mas também na dimensão transcendente que dá sentido à nossa existência.

Observando essas dimensões, o Etnodesenvolvimento é uma forma de repensar as transações multiculturais que ocorrem nas realidades de países colonizados. Com a perspectiva de compreender a pluralidade epistêmica, fornecendo subsídios para a gestão local. Os debates acerca dessa nova dimensão do indigenismo, começaram na América Latina, em 1981, na cidade de São José da Costa Rica, com patrocínio da UNESCO e FLACSO com as colaborações dos estudiosos “Stefano Varese (Peru), Diego Iturralde (Equador), Enrique Valencia, Rodolfo Stavenhagen (principal expoente), Salomón Nahmad (México), Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira (Brasil), entre outros”VERDUM (2006). Segundo Stavenhagen (1984), citado por Azanha (2002, p.33) “o etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social, e sua cultura, e é livre para negociar com o estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses”.

O delineamento do conceito afirma que as sociedades indígenas possuem um conhecimento ímpar, histórico, complexo e tradicional sobre o meio biofísico, em contrapartida a “sociedade brasileira dominante” precisa atuar com mais responsividade para com a natureza, ao mesmo tempo que os índios necessitam dos conhecimentos acadêmicos ocidentais para aprimorar seus saberes ancestrais. O que caracteriza de forma mais acentuada o etnodesenvolvimento, portanto, é um pressuposto relacionamento mútuo, entre os dois mundos epistêmicos na qual os povos indígenas alcem protagonismo nas escolhas de como fazê-lo, que

atuem além da tutela do poder público, em despeito de sua dinâmica grupal, socioespacial e cultural, assim preceitua VERDUM (2002, p.91):

A “roupagem” dessa nova situação sociopolítica interétnica é tecida a partir da idéia de que as estratégias de desenvolvimento devem ser estabelecidas sobre a visão dos povos indígenas de sua história, seus valores, interesses e objetivos futuros, e que ao Estado cabe o papel de apoiar e estimular os processos definidos, planejados e instrumentalizados pelas sociedades indígenas.

Somando ao campo conceitual aludido, BANIWA (2008, p.193-197), demonstra as principais características das economias indígenas, a saber: Importância da organização social (os ofícios são perpassados pela cultura), Economia de auto-sustento (suprem o coletivo de forma solidária), Diversidade (das condições naturais, sociais e políticas), Organização e técnica (conhecimentos complexos e especializados), Grau de sustentabilidade (valorização da interdependência com a natureza), e Grau de valores agregados (ligação dos ofícios a valores morais, éticos e religiosos tradicionais).

Apoiando-se nessas particularidades, o etnodesenvolvimento pode ser considerado como ponto estratégico para a resistência do indigenismo brasileiro, mas que ainda é dirigido pelo universo de sentidos ocidentais, principalmente na noção de “bem-estar” etnocêntrico que é não é condizente com o primado do “bem-viver” para os índios. Além dessa lógica opositiva, o acesso a tais projetos é condicionado por sujeições dos povos, assistencialismo técnico, e dirigismo estatal. Verdum (2006) aponta a verticalidade presente nos projetos cunhados a etnodesenvolvimento:

A necessidade das populações, para poder acessar recursos dos Estados e das agências financeiras internacionais, terem que se adequar às “regras do jogo” do setor financeiro; a mercantilização da natureza e dos conhecimentos indígenas e sua inserção subordinada e dependente nos circuitos econômicos de mercado; a objetivação da cultura na forma de bens e serviços negociáveis em mercados; a imposição de formas organizativas particulares (tipo sindical ou associativa) como forma de representação e como requisito básico para viabilizar o acesso ao “apoio financeiro”; a incorporação e cooptação pelo Estado de expoentes (“lideranças”) indígenas - na condição de intermediários legitimados pela origem étnica e ou pela rede de apoio que conseguem estabelecer dentro e fora do meio indígena - nas estruturas constituídas para administrar o chamado “desenvolvimento com identidade indígena”; e o caráter universal que se quer dar à idéia de desenvolvimento (e ao sistema de crenças e valores que subjaz a esta idéia) são, no contexto brasileiro, temas e questões ainda mal tratadas de um ponto de vista mais crítico e menos funcional (VERDUM, 2006, p. 04).

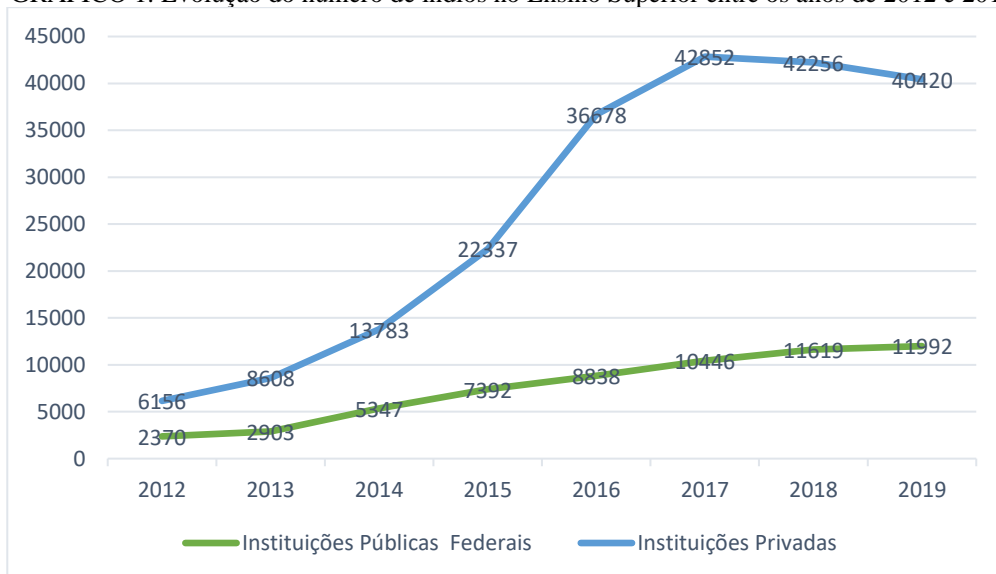
O preceito é um meio do qual se pode reestruturar as relações dos grupos etnicamente diferenciados com a epistemologia predominante. Todavia, essa troca é inclinada ao poder

majoritário, os índios atuam até um limite imposto pelo Estado, nessa conversa de saberes, o hegemônico fala mais alto. Com o fito de criticidade ao empoderamento indígena, tratamos de observar o fato gerador daquilo que BALLESTRIN (2013) examina como “giro decolonial”, o reinventar da colisão epistêmica, situando paulatinamente mudanças que transformam a história, o saber, e a vida, perante a colonialidade.

3.2 Gestão de Políticas Públicas Indigenistas e do Etnodesenvolvimento

Nessa seção é discorrido em síntese o conceito de política pública e a partir daí uma explanação da política indigenista de Etnodesenvolvimento Nacional, e no Ceará, verificando em que momento ocorre o protagonismo indígena. “Uma política pública pode ser definida como o conjunto de medidas que um formulador de políticas decide ou não adotar para resolver um problema que se distingue por impactar uma coletividade” (CASULA, 2017, p. 1124). Para Saraiva (2006, p. 28): “Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. Cumprindo as competências do Estado, as políticas públicas, abarcam a busca pela equidade, justiça social, que reside no tratamento igual ou desigual, moldada na chamada discriminação positiva. Neste artigo analisa-se a representatividade sociocultural dos números da política pública indigenista de ensino superior, explicitados no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1. Evolução do número de índios no Ensino Superior entre os anos de 2012 e 2019 no Brasil



Fonte: Censo da Educação Superior, 2012 a 2019

A consolidação do movimento indígena articulado na década de 1970, originou diversas investidas contra o Estado brasileiro para ações especiais voltadas às populações indígenas, ao contrário sensu das relações que misturavam os povos com o restante da sociedade. Para efetivar as demandas do movimento, o governo criou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), depois dissolvido e recriado como Fundação Nacional Do Índio (FUNAI)². Destaca-se aqui que para os índios as tratativas imediatas não se davam com o governo, mas primeiro com órgãos intermediários.

A participação indígena na maioria dos casos ocorre nas etapas de discussão da política pública, ou seja, nas fases de elaboração e formulação, dessa forma a Administração Pública fica incumbida de agendar os problemas dessas populações. Assim, esse pouco espaço de debate, é apenas consultivo, ou seja, não é veiculado aos “convidados”, poder de decisão efetivo, sendo apenas dado a possibilidade de sugerir uma determinada ideia, que pode ser acatada ou não pelo Estado, este ainda define de forma centralizada essas políticas, o espaço do índio, novamente é limitado, dirigido pelo Poder Público. Fomentando esse paradigma BANIWA (2011, p. 89) ao examinar o tema aponta que:

Os discursos oficiais estão cheios de palavras como direitos, promoção, participação, autonomia, transparência etc., na prática, a participação dos indígenas é quase nula. Quando o assunto é planejar, decidir e controlar o orçamento público, insiste-se na complexidade do tema e numa suposta dificuldade inerente à condição de “indígena”.

A legislação que disciplina o etnodesenvolvimento para comunidades indígenas foi reunida pela FUNAI (2008), na coletânea de âmbito nacional examinada abaixo.

A lei 11.326/2006 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Nesse contorno, interessa-nos o art. 4º, inciso III, no qual as políticas públicas na referida área vão observar como princípio a “equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia”. Nota-se uma menção ao aspecto étnico da política nacional a qual os órgãos deverão tratar. Esse é o

² A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Cabe à Funai promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/Institucional>

comando mais genérico do etnodesenvolvimento, pois não são definidas como essas aplicações serão desenvolvidas, desse modo, o dispositivo tem um cunho autorizativo e declaratório.

A lei 8.171/1991 dispõe sobre a política agrícola, nesse bojo, ocorre uma reprodução da homogeneidade dos povos indígenas entre si e com os outros, essa norma consubstancia que os índios integram o grupo de populações rurais, verifica-se esse entendimento no Art. 2, inciso VI que menciona: “o processo de desenvolvimento agrícola deve proporcionar ao homem do campo o acesso aos serviços essenciais: saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais”. No mesmo regramento no Art. 3, inciso IX temos: “possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor rural, na definição dos rumos da agricultura brasileira”.

Os dispositivos da Lei 10.711/2003 dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. Nele, o etnodesenvolvimento aparece mais em voga, em um delineamento mais próximo do conceitual (Item 3.2), entretanto as atividades propostas exprimem a noção do caráter produtivo dos saberes indígenas, necessariamente relacionados à agricultura.

Partindo para análise dos dispositivos infralegais, o decreto presidencial 3.188/99 que promulga o Acordo Constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe, concluído em Madri, em 24 de julho de 1992. Essa norma é internalizada no Brasil, e pressupõe em seu art. 1º, item 1.1 que o seu objetivo é “estabelecer um mecanismo destinado a apoiar os processos de autodesenvolvimento de povos, comunidades e organizações indígenas da América Latina e do Caribe (doravante “Povos Indígenas”)”. O Fundo não foi concretizado, hoje as políticas indigenistas como um todo dependem dos orçamentos governamentais, quando não, são fomentados por entidades internacionais ou filantrópicas.

No que diz respeito à Resolução nº 44 do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), de 13 de julho de 2004, ela cria o seu Comitê Permanente de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Consoante a essa regulação, em seu artigo 1, inciso I diz que é atribuição do conselho: “propor, acompanhar e analisar as ações de uma política pública para o etnodesenvolvimento junto aos povos indígenas e às comunidades quilombolas e na implementação de condições preferenciais de acesso às políticas agrícolas e agrárias para as mulheres no campo”.

O decreto nº 3.991/2001 dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Em seu texto normativo, destaque-

se o Art. 4º, IV, preceitua que o PRONAF crie “ações afirmativas que facilitem o acesso de mulheres, jovens e minorias étnicas aos benefícios do Programa”. Ou seja, dentro desse programa o etnodesenvolvimento é banalizado.

O decreto nº 5.153/2004 dispõe sobre a regulamentação do sistema nacional de sementes e mudas, aprovando o regulamento do Anexo da lei 10.711/2003 nele encontram-se os regramentos do Registro Nacional de Sementes e Mudas. Foram estabelecidos alguns tratamentos especiais aos indígenas e comunidades tradicionais para adquirir sementes e mudas, como a não exigência de inscrição nos registros nacionais e de cultivadores RNSEM (Registro Nacional de Sementes e Mudas) e RNC (Registro Nacional de Cultivadores) (Art. 4º, § 3º, e Art. 19, III). Além disso, esse dispositivo cria a Comissão de Sementes e Mudas, “composta por representantes de entidades federais, estaduais ou distritais, municipais e da iniciativa privada, que tenham vinculação com a fiscalização, a pesquisa, o ensino, a assistência técnica e extensão rural, a produção, o comércio e a utilização de sementes e de mudas” (Art.131), que vai ser composta por indígenas, considerados “integrantes da esfera privada” (Parágrafo único, Art. 131).

Por último, temos o instrumento jurídico mais importante para o Etnodesenvolvimento indígena no Brasil, o decreto nº 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e dispõe em seu anexo essas diretrizes. Fica instituída a política pública nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais (Art.1º do Anexo). O texto legal é o instrumento que mais se assemelha a concepção teórica do etnodesenvolvimento, embora a nomenclatura dada tenha sido “desenvolvimento sustentável”. Nele são prometidos dentre outras atitudes: um tratamento diferenciado, intersetorial, visibilidade, segurança alimentar e nutricional, acesso em linguagem diferenciada, desenvolvimento sustentável, diferenciação socioambiental, descentralização e transversalidade das ações, erradicação de formas de preconceito e proteção aos direitos culturais (Art. 1º, I ao XVI do Anexo).

Ainda sobre o decreto nº 6.040/2007, é importante ressaltar que em tese, o planejamento seria composto por contribuições e ideias de representantes de órgãos governamentais e dos povos e comunidades tradicionais envolvidos (Art. 5º, I do Anexo), em formato de fórum (Art. 5º, II do Anexo). Outro destaque no decreto são os meios de sua implementação que utilizam recursos fixados no Plano Plurianual (PPA) (Art. 4º, IV do Anexo). E onde estão os recursos do fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe, decretado no Brasil em 1999. A legislação ficou silente nesse aspecto.

Visto todo o aparato jurídico do Estado Brasileiro acerca de etnodesenvolvimento, se faz necessário explorar as medidas fixadas no plano normativo face a realidade, com recorte de lugar o Ceará foi local de um projeto com essas propostas entre os anos de 2013 a 2016, sendo relatado na publicação “Ceará indígena: Vivências do Projeto Etnodesenvolvimento”, no qual se baseia as inferências abaixo.

O livro relata de maneira detalhada as rotinas experienciadas, evidencia as características produtivas de comunidades indígenas cearenses, correlacionando estas aos interesses produtivos locais. Num primeiro contato, é mister falar do financiamento do projeto, a cargo da PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A), com parceria da Associação Local do Desenvolvimento Co-Produzido (ADELCO). Onde encontramos um abismo entre essas fontes orçamentárias face ao registro nos decretos, respectivamente notamos a não realização de fixação de despesa no PPA, o que deixa os financiamentos fragilizados e discricionários, tanto que o projeto foi descontinuado em 2016. Ainda sobre o ponto de vista financeiro, registre-se que não foi encontrado nenhuma menção a possíveis reservas do fundo do decreto 3.188/99.

A respeito da abrangência do projeto, vê-se que contemplou uma amostra de 6 etnias cearenses: Jenipapo-Kanindé, Kanindé de Aratuba, Tapeba, Pitaguary, Tremembé e Anacé (ADELCO, 2016 p. 08), o que representa aproximadamente 43% do total de comunidades reconhecidas pela FUNAI no Estado. Por óbvio, as vivências não foram amplamente difundidas, não sendo possível definir os motivos disto. Mas, podemos com convicção dizer que o projeto ainda recortou o público assistido, tendo sido ofertado a 690 beneficiários, esse fato se relaciona ao financiamento, mas também ao interesse da comunidade indígena como um todo, ou seja, o etnodesenvolvimento nos locais experimentados não cativou toda a coletividade, o que vai de encontro à lógica societária das tradições indígenas.

O projeto apresenta um ponto de interseção comum, a propulsão da economia solidária (ADELCO, 2016, p. 36), entretanto essa prática vai de encontro a epistemologia indígena sobre os recursos, pois que, o aspecto econômico pressupõe acumulação. O índio produz para si, para sobreviver, respeitar, aprender, se harmonizar com o ambiente astrológico e espiritual que o circunda, se sobrar algo não se guarda, ou se poupa. Outras formas propostas de etnodesenvolvimento, foram o turismo comunitário e o artesanato (ADELCO, 2016, p. 37 e 40).

4. A voz de egressas e egressos indígenas

Em obediência a metodologia tracejada, foram realizadas 09 entrevistas semiestruturadas com egressas/egressos indígenas de cursos de ensino superior, de etnias reconhecidas no território cearense. Na análise das respostas observamos o contraste e a similaridade de cada uma entre si, acerca de temas estrategicamente dispostos nas perguntas, bem como fazendo a devida interlocução com as fontes teóricas relevantes. Os entrevistados estão dispostos da seguinte forma:

DISPOSIÇÃO GERAL DAS ENTREVISTADAS/OS				
Gênero	Etnia	Idade	Curso	Vida profissional
Mulher	Tabajara	42 anos	LIKUABA	Professora da escola indígena de seu povo
Mulher	Jenipapo-Kanindé	35 anos	LIPITAKAJA	Diretora da escola indígena de seu povo, mestranda em Antropologia
Homem	Pitaguary	36 anos	LIPITAKAJA/Mestrado interdisciplinar em Humanidades	Diretor da escola indígena de seu povo
Mulher	Pitaguary	37 anos	LIKUABA/LIPITAKAJA	Professora na escola indígena de seu povo
Mulher	Jenipapo-Kanindé	28 anos	Serviço Social	Desempregada/trabalhando avulsa para entidades locais
Homem	Jenipapo-Kanindé	35 anos	Biomedicina	Desempregado
Homem	Tabajara	37 anos	Licenciatura em Letras/Direito	Professor, assessor do município de Poranga, e da APOINME

Mulher	Kalabaça	64 anos	História	Aposentada e Professora indígena na escola de seu povo
Mulher	Tapeba	31 anos	Pedagogia	Diretora na escola indígena de seu povo

Foi realizada uma categorização, para exposição das várias temáticas abordadas, são elas respectivamente: 4.1 As trajetórias acadêmicas, 4.2 Os antecedentes da universidade, 4.3 O papel das ações afirmativas, 4.4 As ligações epistêmicas, 4.5 Falsas liberdades: o caráter da tutela, 4.6 Etnodesenvolvimento e autodeterminação dos povos, e 4.7 Utopia e bem viver.

4.1 As trajetórias acadêmicas

Em um primeiro momento, as indagações se referiram a compreender a jornada acadêmica destas egressas/os como um todo, na visão de cada um (a), todas as dificuldades, e preconceitos enfrentados. Temas que perpassam o que sentem os indígenas nestes espaços, e como esses lugares reagem a eles.

As/os entrevistadas/os relataram em síntese, sua trajetória acadêmica, na qual pode-se observar que existem experiências distintas em algumas das respostas acerca de racismo, currículo acadêmico, dificuldades econômicas e deslocamento. Similarmente, as respostas acerca do tema racismo são bem parecidas, nas quais observamos o conflito da presença indígena em contraste ao fenótipo imaginado e romantizado pela sociedade historicamente, de um modo geral os indígenas aqui entrevistados se depararam com visões estigmatizantes de seu perfil indígena em consoante afirmativa de Pinheiro (2002). Nesse contexto a entrevistada 5 relata: *“Quando eu me apresentava como pessoa indígena e as pessoas também ficavam se questionando né, e ficavam me questionando: “você não parece uma pessoa indígena”, “você nem tem o rosto, a pele, o cabelo, nem parece ser uma pessoa indígena”*. Cumpre ressaltar que 3 respostas foram contraditórias à realidade racista enfrentada em maioria pelo campo amostral, o que não afasta sua ocorrência, ou sua brutalidade epistêmica. Racismo sutil, por meio de gestos, por exclusão, não aceitação, marginalização, esses foram os pontos que ocorreram com 2/3 dos entrevistados. Sobre essa problemática, Segato (2004) aponta 4 tipos de racismo presentes em nossa sociedade, o racismo prático (diluído inconscientemente), racismo

axiológico (valorização ou desvalorização), racismo emotivo (medo atribuído à figura do ser) e o racismo político (exclusão política partidária). Dentre os quais discorridos pela autora, os 3 primeiros deles se apresentaram nas falas dos entrevistados, notabilizando o aspecto padronizado do fenotípico de um frequentador de universidade/faculdade, um conflito resultante das políticas públicas, exibindo o fato de que necessitamos de um hiato ainda maior de tempo para que o habitual seja a inclusão.

Em se tratando das dificuldades metodológicas, vemos expressivamente uma facilidade relatada pela maioria ao contexto metodológico, não sendo possível inferir os motivos disto. Ainda nesse aspecto do questionamento, ressalte-se que a maioria não relatou expressamente não ter dificuldade, apenas foi omitida essa nuance em suas respostas, de modo que explicitamente apenas uma resposta declarou que as metodologias eram fáceis e participativas (entrevistada 4). Silva (2018, p. 23) ao examinar o tema do “status quo acadêmico” pontua que ele é inerente, ou seja, mesmo que tais indígenas não tenham apresentado dificuldade, a adesão aos métodos é indispensável, e inegociável para com estes.

Quanto às dificuldades econômicas, a maioria relata terem enfrentado muitas dificuldades acerca da questão econômica, e como ela afeta a permanência de indígenas no espaço acadêmico. Ressaltamos a fala do entrevistado 3: *“Dificuldades financeiras? Muitas. Só consegui pagar o primeiro ano, os seguintes eu tive que financiar, inclusive ainda estou pagando, vou terminar de pagar o financiamento somente em 2032, então continuo pagando”*. A entrevistada 8 também ressalta: *“Bolsa permanência a gente nunca conseguiu para o LIPITAKAJÁ porque o que a própria universidade tinha que fazer nunca fez né, que era aderir a bolsa, que era tipo que incentivar aos indígenas que estavam dentro desse campo universitário, então a gente teve que de uma certa forma burlar esse sistema.”* O entrevistado 9 relata: *“Eu tinha que escolher entre almoço e estudar né?! eu queria aprender entendeu, como eu queria dominar aquela área, no caso biomedicina, pra eu dominar pelo menos alguma coisa, eu tinha que ralar.”*

Vimos logo de início o peso que a questão econômica exerce sobre a formação de indígenas, paralelamente críticas precoces a cobertura do programa de bolsa permanência, cumpre assinalar a relevância desta ação para o combate a evasão de indígenas das universidades. Em se tratando de deslocamento, a maioria relata inúmeras dificuldades atreladas a isto, o que reforça a importância da assistência estudantil financeira, e o paradigma da centralização metropolitana das instituições de ensino superior.

4.2 Os antecedentes da universidade

Para os fins da pesquisa, fez-se necessário indagar as egressas/os acerca da conjuntura que estas/estes enfrentam mesmo antes de adentrar na academia, quais incentivos, e intenções.

No que concerne a atuação das lideranças indígenas sobre a escolha do caminho dos estudantes, notabilizamos um equilíbrio, em que praticamente metade tomaram esses conselhos, estudaram possibilidades com os caciques e pajés, outra parte fez a escolha própria, porém 8 respostas afirmam de maneira esparsa que ao se formar o seu intuito era dar retorno a sua aldeia, ao seu povo. É relevante a fala do entrevistado 3, Cacique de seu povo: *“Eu pedi permissão, mesmo sendo cacique do povo se eu poderia sair para estudar, então todos aceitaram apesar da distância todos os meses, todos os finais de semana sempre que possível eu estava presente na, nas lutas do nosso povo na nossa aldeia, nos principais momentos, nos momentos mais difíceis eu sempre estive presente por diversas vezes tive que sair da sala de aula para ir participar de ações na nossa aldeia”*. Em divergência a essa visão a entrevistada 9 afirma que: *“Desde sempre eu já sabia que cursaria pedagogia e iniciei meu trabalho como professora na comunidade muito cedo, sempre amei lecionar”*. Dos 3 que adentraram no ensino superior privado, 2 não tomaram conselhos com lideranças. Essas respostas preparam cenário para ulterior investigação, não podendo-se catalogar quais relações se estabelecem entre a cultura e as escolhas profissionais, e acadêmicas, no presente estudo. O conceito da política pública de etnodesenvolvimento se conecta aos interesses plurais e individuais, no que se refere ao fortalecimento da cultura por meio da adimplência dos conhecimentos dos brancos, a fim de refugiar seu povo nas arenas que seja necessário um posicionamento dentro das conformidades exigidas por tais formações. Ao responder o questionamento 4, a fala do entrevistado 3 revela essa pretensão: *“O meu curso ele contribui diretamente, eu recebi a carteirinha da OAB em 8 de março, para ter uma ideia no dia 30 de junho realizei um júri popular, eu fiz uma defesa de um indígena no tribunal popular do júri”*. Intenta-se que a formação acadêmica possibilita novos cenários de luta do movimento indígena, estes que antes eram inacessíveis. O etnodesenvolvimento então, nesse envoltório não se apresenta diretamente, contudo há um elo prático entre sua ocorrência e a formação acadêmica de indígenas, este que ainda não fora indexado na roupagem da política pública atual, ou seja, não há diálogo entre essas políticas indigenistas entre si.

4.3 O papel das ações afirmativas

No que concerne a questão das ações afirmativas, dentre elas as que se destacam no cenário nacional, respectivamente o programa de bolsa permanência, e a lei de cotas, vemos que elas impactam diretamente a possibilidade de índios estarem no ambiente, no espaço acadêmico. Essas ações afirmativas contribuem sobremaneira para mudarmos os quadros e perfis dos profissionais que se formam a cada ano, reverberando em mudanças paulatinas em nossa sociedade, 2/3 da nossa amostra corroboram isso. Alguns não assinalaram sua dependência com relação a essas discriminações positivas, ao passo que o silêncio foi tido como não para os fins destas inferências. É importante destacar aquilo que pontua Silva (2018, p.65): “As políticas afirmativas focalizadas, como aquelas destinadas aos povos indígenas na educação superior, possuem, pois, a prerrogativa de minimizar as desigualdades por meio da equidade, o que consiste em se preencher uma lacuna deixada por séculos de exploração e marginalização social de determinadas camadas da população brasileira”. Deste modo, Segato (2004, p.74) expõe a eficácia comunicativa das ações afirmativas raciais:

À medida em que o signo do negro, o rosto negro, se fizer presente na vida universitária, assim como em posições sociais e profissões de prestígio onde antes não se inseria, essa presença tornar-se-á habitual e modificará as expectativas da sociedade.

Como explica a autora, as ações afirmativas têm o condão de modificar os mecanismos fundadores da subalternização étnico racial, predizendo a mudança da ocupação de certos papéis sociais para transmissão de uma mensagem a sociedade, de que os marcadores de raça outrora fixados, podem ser removidos. É de mister citar o aspecto decolonial, que não pressupõe uma nova hierarquização racial, porque isso seria paradoxalmente negativo, na realidade o norte destes pensamentos seria desaprender os pilares que subsidiam a ocorrência da colonialidade, assim dando margem a novas relações interculturais equânimes.

Destaque-se que para 2 das 3 respostas que consideramos negativas, assim fizemos porque estes consideraram outro significado ao termo ação afirmativa, o termo pode ter apresentado ambiguidade, assim estes 2 entrevistados aludiram o sentido de sua afirmação cultural, conforme nota-se nas respostas do entrevistado 1 e da entrevistada 6, onde o primeiro diz: *“Sobre as questões afirmativas, com certeza elas foram importantes, são fundamentais na minha vida. Porque a partir da minha afirmação étnica, a partir do meu pertencimento, foi que eu pude ganhar visibilidade e força, e com isso fortalecer o movimento de luta do meu povo, a partir do meu reconhecimento, da minha pertença a esse povo, é que eu me projetei no cenário estadual e nacional, eu falo numa perspectiva de movimento indígena”*. Em que pese a

aparente ambiguidade, parece-nos plausível aceitar este ou aquele entendimento, posto que as ações afirmativas coadunam com a perspectiva de afirmação étnica em certo nível de efetividade.

4.4 As ligações epistêmicas

Todas/os relatam a contribuição positivamente de alguma forma para sua etnia, o que claramente representa o aspecto relacional que atrela a cultura ao papel de cada um que se reconhece subjacente a ela. Ao vermos emergir a etnicidade, o fenômeno da formação de ensino superior denota um instrumento para tal valorização e contributo. Nos relatos vemos uma valorização dos chamados “troncos velhos”, os mais experientes do grupo, associando uma interlocução dos seus conhecimentos aos do seu povo ancestral, reconhecendo o valor destes últimos no processo de manutenção das tradições culturais. A entrevistada 5 os retrata como “*bibliotecas vivas do povo*”. Consoante essa afirmação, Pinheiro (2002, p. 61) sinaliza: “A expressão da etnicidade supõe necessariamente, uma trajetória (que é histórica e determinada por múltiplos fatores) e uma origem (que é uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem se acoplar)”. Nesse sentido temos um contraponto interseccional entre os saberes da cosmovisão indígena e os legados acadêmicos, onde as egressas/egressos indígenas direcionam o grau de uso do conhecimento ocidental, sendo enriquecido e emoldurado pelos saberes socioculturais. Não é preterível dizer que se forma um “conhecimento híbrido”, essa interpretação assume a mistura homogênea de saberes, estes que intrinsecamente se relacionam às culturas que são heterogêneas em diversos valores. Lima (2014) examinando a educação escolar indígena pontua que “para os povos indígenas a educação escolar é uma possibilidade de registro da cultura dos mais diversos povos a partir de sua própria visão e não mais do colonizador ou dos representantes da sociedade envolvente”. Por conseguinte, podemos exprimir que esse conhecimento adquirido é filtrado pelos egressos indígenas, a fim de possibilitar o correto uso para os fins do movimento indígena, do fortalecimento étnico, da autonomia, da convivência com a sociedade, da fluidez da memória, e para conservação identitária. No que concerne à forma propriamente dita de como ocorre esse contributo, assim se deu de diversas maneiras e meios possíveis, interligados a sua formação superior, tais como: *educação escolar, questões identitárias, articulação, saúde, liderança, busca por direitos, coordenação, orientação jurídica, e afirmação e valorização étnica*.

Nesse momento do questionário, entramos na parte mais específica deste estudo, aquela que é mais afeta ao etnodesenvolvimento e seus desdobramentos. Dessa forma, por meio da narrativa constata-se a predisposição individual de cada um para traçar formas de atuação perante a identidade étnica, de forma enumerada 7 respostas descrevem as seguintes possibilidades de uso do conhecimento acadêmico para sua cultura: *“Produção científica, de suas escritas e do espaço ocupado na universidade, mentoria dos costumes e da cultura, fortalecimento da identidade, mais liberdade para as gerações futuras, armar-se dos conhecimentos para enfrentar aqueles que oprimem, autoafirmação, e saúde indígena”*. Em exame destas respostas vimos que os aprendizados universitários podem ser usados como ferramenta benéfica para a diversidade cultural, sem perda ou renúncia de sua própria identidade. Embarcar nos domínios do conhecimento ocidental não significa necessariamente virar as costas para a sua ancestralidade, ao contrário, atualmente é possível pensar nesses espaços como algo que vem a ser notabilizado no grupo social como válvula de escape de um todo opressor, e excludente. Ou seja, é por meio de caminhos da política pública de ensino superior que é possível enxergar janelas para desfocar a supressão que existe majoritariamente ao ser indígena.

Não obstante, 2 respostas afirmam categoricamente que a afirmação identitária não tem nenhuma relação com os conhecimentos aprendidos na universidade/faculdade. Na fala da entrevistada 7: *“Não é a universidade que me afirma, não é um conhecimento estudado por outros pesquisadores e por outros que me afirmam, quem me afirma é meu povo, quem me afirma é minha luta, quem me afirma sou eu”*. Talvez não tenha ficado explicitamente claro que o questionamento tinha como foco o perfil do egresso, e como ele utiliza os conhecimentos após sua formação. Contudo, resta relevante apontamento feito no sentido de que a identidade realmente não está correlacionada a universidade/faculdade, a etnicidade decorre de um processo de mútua aceitação sócio grupal não estando fixada a este ou aquele espaço.

Apesar desta inconsistência é notório que se assenta as respostas majoritárias naquilo que Lima (2014, p. 24) examina ao contemplar essas formações acadêmicas:

Atualmente um número significativo de professores indígenas tem buscado universidades e faculdades públicas e/ou particulares para cursarem tanto o curso de Pedagogia quanto de outras áreas do conhecimento, que embora não tenham em muitos casos nenhuma relação com a causa indígena, ao menos contribuem com formação em nível superior dos educadores que atendem à demanda nas comunidades.

Embora no início se possa dizer que não existe relação entre o conhecimento ocidental e a afirmação étnica, não se pode ignorar que a capacitação destes indígenas conduz a novos meios de uso desse conhecimento, sendo titularizado por detentores que superam a comunidade tradicional em primeiro lugar.

4.5 Falsas liberdades: o caráter da tutela

Obtivemos 2/3 das respostas afirmando que a tutela do poder público se mostra exacerbada em alguns pontos estratégicos para as populações indígenas, não só no etnodesenvolvimento, mas no conjunto completo de políticas públicas indigenistas. Nesse bojo, identificamos fortemente uma inquietação que os egressos têm em relação a essa dependência exagerada em alguns momentos. Nos dizeres da entrevistada 8: *“Essa questão da tutela é uma questão tão incompleta que a gente não tem como assim direcionar, e dizer: ‘a tutela é favorável nisso a tutela desfavorece naquilo’ . Porque nós não precisamos viver tutelados nunca precisamos”*. A entrevistada 2, cacique de seu povo, diz: *“Não. Para mim essa tutela não existe”*. Essa última resposta dialoga com a primeira, sobretudo, levando-se em conta a perspectiva de não aceitação, não internalização dessa tutela as ações do movimento indígena, a cacique então demonstra que a figura do estado e seus poderes adjacentes não paralisam o movimento indígena, que se revela como autônomo, independente local, regional e nacionalmente. A maioria reconhece a existência de uma tutela, e faz críticas, contudo, fica explícito a capacidade dos povos, representados nas falas, de superar as forças remanescentes do colonialismo, esquivando ao máximo possível os ideais opressores que por diversas vezes se apresentam a eles. A entrevistada 9 levanta a questão da intervenção dessa tutela estatal no processo de demarcação de terras, e negativamente na criminalização de lideranças indígenas. Baniwa (2008, p. 35) explica que esse processo de tutela está institucionalizado pela FUNAI, o mesmo autor preleciona: *“Aqui o índio é percebido sempre como uma vítima e um coitado que precisa de tutor para protegê-lo e sustentá-lo, isto é, sem tutor ou protetor os índios não conseguiriam se defender, se proteger, se desenvolver e sobreviver”*.

Não se entende a negativa total dos benefícios trazidos pelas políticas públicas, na realidade a atuação estatal é necessária para balizar as inclinações socioeconômicas, contudo há limites de protagonismo que precisam ser revistos, e é isso que os entrevistados indicam, maior liberdade, mais legitimidade para tomar suas decisões. Ao lado disso, o etnodesenvolvimento e as políticas públicas indigenistas não precisam ser revistas ou

descontinuadas, mas sim, operadas sobre o direcionamento dos próprios receptores de suas comodidades, a fim de possibilitar sua real benesse aos mesmos.

O entrevistado 9, relata: *“a gente precisa de representação política entendeu, a gente seria ouvido mais rápido, se no caso tivessem 4 deputados e 4 senadores, por exemplo”*. Para não fugir do escopo inicial deste trabalho, não vamos debruçar sobre a temática do sistema eleitoral e os limites do indigenismo nele disposto, entretanto é plausível mencionar essa falta remanescente de ocupação política nos órgãos decisórios politicamente no cenário nacional, o que temos são poucas representações na esfera municipal e a presença solitária de Sônia Guajajara no Senado, sendo deveras necessário inclusão política de povos indígenas de modo representativo, e não apenas de modo votante.

4.6 Etnodesenvolvimento e autodeterminação dos povos

A constituição diz: Art. 4.º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: III – Autodeterminação dos povos. Vislumbrando esse preceito, examinamos o modo como esse etnodesenvolvimento é visto por egressos indígenas, verificando como esses sujeitos tiram o conceito para aplicação, de que maneira ele é benéfico para as comunidades indígenas, se esta forma de uso da terra coaduna com os valores étnicos e seus bens imateriais. As respostas sucedem questões de fragilidade do etnodesenvolvimento, da forma como ele está encorpado atualmente, e deflagram uma falta de racionalidade estrutural dos projetos, inobstante fora visto pela maioria como sendo importante para as sociedades indígenas, mas que precisa avançar no sentido de sofisticação do diálogo interétnico citado por Verdum (2006).

Outrossim, registramos múltiplas formas de enxergar este mesmo conceito, nomeadamente relatadas através de: *“Territorialidade, turismo, fortalecimento da etnicidade, papel social ocupado, demarcação de terra”*. Importante ressaltar que pela primeira vez nesta pesquisa, foi feita menção ao projeto etnodesenvolvimento: Ceará Indígena, patrocinado pela ADELCO entre os anos de 2013 e 2016, feito esse apontamento pela entrevistada 5, que relata também a relevância do projeto para geração de renda na comunidade. Em consonância o entrevistado 1 fala: *“O povo Pitaguary tem sim esse ideal do etnodesenvolvimento, e pra mim ele é importante pra um povo, a fim de poder gerar emprego e renda para os indígenas dentro da própria aldeia”*. Observamos que embora haja conflito de entendimento do conceito, a

maioria 2/3 das respostas, entendem positivamente o etnodesenvolvimento, mas que não necessariamente deve se traduzir em produção para exportação de sua terra, alguns entendem o seu próprio papel na comunidade como forma de “etnodesenvolvê-la”, assim podemos assumir que o etnodesenvolvimento não se confunde com desenvolvimento étnico, o primeiro atrelado ao mercado, o segundo adepto da culturalidade.

Todavia, o etnodesenvolvimento foi refutado em algumas de suas pilastras, sendo questionado, criticado e contrariado por 1/3 das pessoas. A entrevistada 4 assevera: “*O Governo quer realizar diversos empreendimentos que nos mata, e mata tudo o que nós acreditamos para eles pode ser bom, mas, para nós é morte*”. Essa fala forte, reafirma a necessidade de maior protagonismo indígena sobre o etnodesenvolvimento, e salienta-nos sobre quais bens são valorados pelo multiculturalismo. Destarte, a entrevistada 7 vai além, e nos diz: “*Nós não temos como discutir etnodesenvolvimento em terras indígenas, onde nós não temos nem a seguridade da terra, onde nós não temos as terras indígenas dentro dos seus processos que deveriam estar, o estado do Ceará é um dos estados brasileiros mais atrasados na questão latifundiária do território indígena*”. Essas respostas despontam uma carência enorme de redesenho da política nacional de etnodesenvolvimento sustentável para os povos indígenas, na qual é silente acerca das muitas outras condicionantes para se conceber um etnodesenvolvimento próximo com o bem viver almejado pelos índios. A fala da entrevistada 7 resulta no diagnóstico deficitário da política pública de etnodesenvolvimento, no que diz respeito a sua interlocução com as demais políticas públicas indigenistas, não se pode ofertar um projeto de desenvolvimento para estas sociedades que seja desconexo e flutuante sobre as demais necessidades destas comunidades, como saúde, educação, segurança, demarcação de terra etc. Em referência a Stavenhagen (1984) citado por Azanha (2002, p.33), o desenvolvimento étnico não cabe naquele conceito, sendo algo muito mais complexo, transpassado por experiências múltiplas do indigenismo, que primariamente a ele precisam ser resolvidas, entretanto realce-se sua devida importância para as etnias em que se fez presente e que operou em conformidade.

Dos dados acima, podemos inferir que o etnodesenvolvimento, ora paralisado, não absorve a taxa ocupacional de egressos indígenas, e que de um modo geral a escola indígena monopoliza essa absorção em nível local, sendo um espaço de forte oportunidade para as egressas/os. No presente estudo, não debruçamos sob a fundamentalidade da escola indígena como espaço empregatício e de resistência sociocultural, contudo, revela-se incontestável sua participação na trajetória profissional de indígenas.

4.7 Utopia e Bem Viver

Majoritariamente, as entrevistadas/os consideraram utopia a relação do indigenismo, com o Estado e o capitalismo, 2/3 dos entrevistados pontuaram essa afirmativa. Houve uma abstenção, e somente duas respostas contrárias. Dado o exposto, conseguimos explicitar o entendimento de egressas/os para com a presença indígena na nação brasileira, e tudo que ela repercute sobre a administração pública, e o sistema econômico adotado, visto que a maioria deu por inconcebível uma outra construção intercultural, intersocietária nesses temas. Na fala do entrevistado 3, ele afirma: *“No que se refere a nossa convivência com o estado, eu entendo como utopia. Primeiro porque o estado ele é negligente, é incompetente, inoperante, é omissivo no que se refere ao seu dever enquanto ente em demarcar nossos territórios, não cumpre a lei no que deveria cumprir”*. Do mesmo modo a entrevistada 5 dirimiu: *“Para que a gente pudesse pensar em narrativas para uma convivência né, do dos nossos povos com o estado o capitalismo, seria necessário que o capitalismo, que o estado pudesse mudar né, a sua estrutura, e um sistema que os mantém em pé”*. A entrevistada 4 adiciona: *“O capitalismo desenfreado não combina com nossos povos”*. Contrariamente, a entrevistada 6 diz: *“Não seria utopia, não seria exagerado, porque a gente pode contar também com o estado, e com o capitalismo já que vivemos num país capitalista”*. Desse modo, a amostra como um todo demonstra uma identificação caótica da relação entre estado, indigenismo e capitalismo, predizendo a incompetência do primeiro, o caráter ímpar do índio, e a lógica acumulativa do capitalismo que atropela diversos bens culturais dos povos indígenas em detrimento do lucro. As sociedades indígenas em muitas nuances socioeconômicas não se adere as diretrizes e formas do Estado e da sociedade brasileira, sobretudo com o sistema capitalista, contudo, a existência e resistência pan-indígena pressiona, implica numa relação entre estes e o poder público, mesmo que comporte diversos antagonismos epistêmicos, para Mundukuru (2012, p. 222): *“O que antes era visto como presença genérica passou a ser encarado como um fato real, obrigando a política oficial a reconhecer os diferentes povos como experiências coletivas e como frontalmente diferentes da concepção de unidade nacional”*. Krenak (2019, p. 13), ainda diz:

A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo.

Esses contrapontos apontados por Krenak (2019), Mundukuru (2012), e pelos entrevistados defluem o paradigma do campo capitalista, para com os povos originários, sendo que estes últimos precisam escolher seguir os mandamentos do capital para sua própria sobrevivência, dado que como Baniwa (2008) encara, o capitalismo tornou-se “irreversível para os índios”. Por tudo que foi supramencionado, é de mister ver que o etnodesenvolvimento seria um meio termo, um meio de se extrair os benefícios do capitalismo para o seio cultural, sem, contudo, descaracterizar sua personalidade histórica e epistêmica. Pensamos também no sentido da política pública de educação superior e que da mesma forma suas vertigens e os seus adeptos indígenas são impulsionados também pelo capitalismo circundante. Em que pese o termo utopia, preterimos o seu combate, ainda que minuciosamente, e isto ocorre, quando indígenas ascendem no cenário social, quebrando a melancolia pelo menos individual deste sistema, que nos dizeres da entrevistada 5: *“está cada vez pior”*.

Chegando na parte final da pesquisa em campo, o cerne é captar se as egressas/os conseguem delinear o bem viver indígena a partir de suas formações, especulando se ocorre ênfase ao giro decolonial examinado por Ballestrin (2013). Os resultados foram que 8 das 9 entrevistas sinalizaram positivamente para a indagação, tendo em vista que houve uma abstenção, assim relatando práticas alinhadas com o bem viver indígena, direcionadas por sua educação superior. A equação proposta não é algo simples, pelo contrário, é uma tarefa difícil para os egressos indígenas, mas que está sendo alcançada com o rigor étnico que lhe é preciso. Nos dizeres do entrevistado 1: *“Esse bem viver que é tão sonhado, tão pregado por nós, ele é possível, a partir do momento que nós povos indígenas criarmos essa unidade, a partir do momento que nós fortalecemos as leis, fortalecemos a consciência da sociedade, e até mesmo dos povos indígenas, a gente vai conseguir estabelecer esse bem viver quando nós entendermos que a terra, que o meio ambiente, que os meios naturais eles são a nossa essência”*. Para além disso, observemos as respostas das entrevistadas/os 3, 5, 7, respectivamente: *“Todo parente que tenta buscar o conhecimento científico para dar o retorno para o seu povo com certeza o bem viver, o bom viver em nossas aldeias mantendo nossa cultura, nossos costumes, ele é possível e os conhecimentos vão aprimorar ainda mais a nossa convivência, a realidade em nossas aldeias”*. *“A gente não tem um bem viver, mas isso não é por culpa dos conhecimentos, mas culpa do sistema que a gente tem sido submetido a viver há mais de 500 anos”*. *“Para a academia talvez não seja tão interessante, porque com a ciência né, tudo é comprovado, e nós povos indígenas também lidamos com o provado só que de uma forma mais espiritual de uma outra forma que não se comprova dentro de laboratórios científicos”*.

Por todo o exposto assevera-se uma visão positiva dos conhecimentos acadêmicos inseridos nas aldeias, algo que deve ser feito com extrema cautela, mantendo o olhar para a tradição. O bem viver consiste no estilo de vida das populações indígenas, um ponto experimentado no passado, rompido com o colonialismo, e almejado desde então. O bem viver discorda do uso material da natureza, não persegue lucro ou acumulação, e não expropria a terra até seu esgotamento, é mais do que um sistema econômico, algo pouco conhecido no campo científico, que na verdade tem seu sentido mais íntimo no amago da cultura indígena dos povos originários.

Estamos falando do que residia no Brasil primordial, que foi sucateado pela ideia de modernidade e de evolução importadas pelo etnocentrismo europeu. Seguindo essa métrica, Lacerda e Feitosa (2015, p.16), explicitam:

Diferentemente do capitalismo que impõe o capital como centro referencial e do socialismo que coloca o ser humano no centro, ele tem como referência central a vida de todos os seres do Planeta, onde a espécie humana é compreendida como parte da natureza, assim como as demais espécies.

Os egressos não propõem o bem viver em seu sentido completo, devido ao sistema que circunda, outrossim realizam práticas do bem viver, experiências que descolam a amarração epistêmica, pelo menos por alguns instantes, em algum espaço, em certo período. Existem desafios amplamente complexos no que diz respeito à perseguição do bem viver, o grande desafio é fazer com que ele seja mais aceitável nas políticas públicas indigenistas e no etnodesenvolvimento. O bem viver utilizado por esses egressos repousa no sentido também de resguardar seus pares, seus parentes, articulando a luta acirrada do movimento indígena para perfilar sua existência ímpar no meio social.

Para Krenak (2019, p.14): “O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida”. O bem viver na realidade não pode ser quadriculado como as ciências acadêmicas, é algo mais decolonial, assim como o etnodesenvolvimento propõe um bem-estar econômico, seu desafio é alcançar o bem viver, e nesse sentido ele ainda é marcado pela colonialidade do saber e do ser.

5. Considerações Finais

Considerando os objetivos primários da pesquisa, logrou êxito, destrinchando o conceito de etnodesenvolvimento indígena, seu substrato jurídico e toda sua complexidade para os povos indígenas. O mapeamento das trajetórias acadêmicas e profissionais de egressas/os indígenas do Ceará demonstrou toda a interface subjacente ao mundo acadêmico, os preconceitos, dificuldades, superações, dilemas e lutas de um indígena nesse espaço. Ouvindo as narrativas, não resta dúvida quanto a relevância das políticas afirmativas, ao mesmo tempo que a centralização do espaço acadêmico e de suas metodologias obstaculiza maiores benesses.

O etnodesenvolvimento não é uma alternativa extensiva a todas etnias e territórios indígenas nacionais, apesar de ser um conceito panamericano, não é totalmente pan-indígena. Homogeneizar todos esses povos como agricultores e produtores de matéria prima é um pensamento racista, retrógrado e excludente. Não obstante, o etnodesenvolvimento pode vir a ser uma prática decolonial, mas suas balizas ainda giram sob o baluarte de uma episteme só, sendo mais do que urgente sua reinvenção. Apesar das finalidades diametralmente conexas, o etnodesenvolvimento e a educação superior indígena ainda não se conversam no campo formal, tampouco no prefixo dos currículos acadêmicos regulares.

O estudo revela mais dúvidas do que respostas propriamente ditas, conquanto se pode levantar para ulterior investigação, a intersetorialidade das políticas públicas indigenistas, a primazia deste feixe de ações para o etnodesenvolvimento propício ao bem viver. Fica esclarecido que a experiência realizada no Ceará foi deveras importante, concretizando muitas oportunidades, renda e possibilidades. Apesar disso, o conceito ainda se mostra incipiente no Estado, dado a primazia das demais políticas públicas, especialmente a territorialidade indígena assegurada na demarcação de terras.

As guerreiras/os indígenas lutam novas guerras no mundo contemporâneo, novas estratégias resgatam velhas ambições para com seus povos, ao passo que se descortina pouco a pouco linhas de uma utopia aterradora. Todas as capilaridades da política pública indigenista do etnodesenvolvimento se inter cruzam, sendo mais do que um conceito multidisciplinar, a ruptura da expertise eurocêntrica é aclamada para que seja realmente algo decolonial.

Não obstante, o mercado e as identidades indígenas tiveram que se relacionar, isto foi um eco da colonização que remanesceu, embora seus efeitos negativos, o núcleo da memória e da cultura permanecem ativos, colidindo e resistindo a todos esses impasses. A humanidade ainda precisa conhecer a fundo a indianidade e o etnodesenvolvimento precisa aprender que o “etno” é um universo complexo, dinâmico e especial.

A pesquisa aqui redigida limitou-se a percorrer as nuances das políticas públicas indigenistas de etnodesenvolvimento e ensino superior, averiguando possíveis inter-relações entre elas. Portanto, para novas pesquisas sugere-se escuta de outros atores envolvidos nas políticas públicas aqui estudadas, notadamente representantes da FUNAI, dos governos estadual e federal, e de entidades indígenas. Para além disto, examinar os currículos acadêmicos face ao desenvolvimento étnico, estudar a importância da escola indígena na trajetória profissional de indígenas, e discutir o sistema eleitoral para a inclusão étnico racial.

6. Referências

ALMEIDA, M. C. D. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 168 p. (Coleção FGV de bolso, Série História).

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai/ago. 2013.

BANIWA, André Fernando. **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**, In: Maldonado, Jijón, 2011. Participación Política Indígena y Políticas Públicas para Pueblos Indígenas en América Latina, Bolivia. CEGOPE- ESGOPPE1 Garza Azul Impresores.313p.

BANIWA, Gersem. **O índio brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Unesco; MEC, 2008. (Coleção Educação para todos).

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CASULA, Mattia. Quem governa na governança (local)? Reflexões teóricas e evidências empíricas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 6, p. 1122-1138, nov/dez. 2017.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Institucional**. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/Institucional> . Acesso em: 01. jul.2021

GARCIA, M. e Vasconcellos, M. **Fundamentos de Economia**. Editora Saraiva, 5ª edição, 2014.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais: educação e descolonização dos currículos. **Revista Currículo sem fronteiras**, Porto Alegre, v.12, n. 1, p. 98-109, 2012. Disponível em:<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2020.

LACERDA, Rosane Freire; FEITOSA, Saulo Ferreira. Bem Viver: Projeto U-tópico e Decolonial. **INTERRITÓRIOS** v.1, n.1. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/5007/4291> . Acesso em: 03/08/2021.

LIMA, João Paulo da Silva. **A educação escolar indígena no contexto atual: Desafios e Possibilidades**. Orientadora: Kleuma Pimentel. 2014. 33f. Monografia (Pós-graduação) - Especialização em gestão escolar e coordenação pedagógica. Curso da Faculdade Kurios, 2014

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MAGALHÃES, Igor Santos. **Quem é índio? A questão da identidade entre os povos indígenas do Ceará**. Orientador: Ricardo Jorge de Lucena Lucas. 2019. 23 f. TCC (Graduação)- Curso de Jornalismo, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2019. Disponível em:<www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/50876> . Acesso em: 20/01/2021.

MARINATO, Francieli. Nação e civilização no Brasil: os índios Botocudos e o discurso da pacificação no Primeiro Reinado. **Dimensões**, vol. 21, 2008, pp. 41-62. Disponível em: http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes21_FrancieliAparecidaMarinato.pdf Acesso em: 01, jul. 2021.

MOVIMENTO INDÍGENA DO CEARÁ, Organização: ADELCO. **Situação dos povos indígenas do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. 132p.

_____. **Ceará Indígena: Vivências do Projeto de Etnodesenvolvimento**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. 88p.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

PINHEIRO, J. D. **Arte de Contar, exercício de rememorar: História, Memória e Narrativas dos índios Pitaguary**. 2002. F. 127. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

PIORE, M. D. **Histórias da Gente Brasileira: Volume 1: Colônia**. Rio de Janeiro. LeYa, 2016. 432p.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, E; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2006.

SEGATO, R. L. (2004). Por que reagimos às cotas para negros? **O público e o privado**. Fortaleza:UECE.

SILVA, M. J. S. **Trajetórias e Fortalecimento identitário de indígenas egressos na educação superior no Estado de Mato Grosso do Sul**. 2018. F. 171. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

SILVA, Luiz Fernando Villares e. (Org.). **Coletânea da legislação indigenista brasileira**. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008. 818p.

AZANHA, Gilberto. **Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil**. In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de, e BARROSO-HOFFMANN, Maria (org.s). 2002. Etnodesenvolvimento e políticas públicas; Estado e povos indígenas; e Além da tutela: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 3 vols. 160 pp., 109 pp., 124 pp.,

VERDUM, Ricardo. **A cidadania multicultural e os limites do indigenismo brasileiro**. In: CONGRESSO DE LA RED LATINO-AMERICANA DE ANTROPOLOGIA JURÍDICA, 5.,2006, Oaxtepec, México. Anais. Oaxtepec, México: Ciesas, 2006. p. 1-28.

_____. **Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do subprograma Projetos Demonstrativos (pda)**. In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de, e BARROSO-HOFFMANN, Maria (org.s). 2002. Etnodesenvolvimento e políticas públicas; Estado e povos indígenas; e Além da tutela: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 3 vols. 160 pp., 109 pp., 124 pp.,

WETZEL, Christine *et. al.* **A abordagem narrativa como um caminho metodológico na busca do significado de ouvir voz.** In: Congresso Ibero Americano de Investigação Qualitativa, 8., 2019, Portugal. Anais. Portugal: Lisboa, 2019. p. 191-195.

7. Apêndice

Questionário usado na entrevista:
01. Conte sua trajetória na Universidade. Os episódios de racismo, as dificuldades com as metodologias acadêmicas, o deslocamento da aldeia, a questão econômica, e outros mais.
02. Conte como foram as experiências pré universidade, como decidiu qual curso fazer, se tomou conselhos com lideranças
03. As ações afirmativas ajudaram na sua formação? Você teria se formado sem elas?
04. Você contribui para a afirmação dos saberes tradicionais de sua etnia? Se sim, de que forma?
05. Você acha que a tutela exagerada do Estado deslegitima o protagonismo indígena?
06. Como pensar a afirmação da identidade étnica a partir dos conhecimentos que você aprendeu na Universidade?
07. Segundo Stavenhagen (1984), citado por Azanha (2000, p.33) “o etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social, e sua cultura, e é livre para negociar com o estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses”. Sendo assim, como você e sua formação contribuem, e entendem o etnodesenvolvimento?
08. Como está sua vida profissional hoje?
09. É possível pensar em novas narrativas para a convivência dos povos indígenas, com o Estado e com o capitalismo? Ou isso seria utopia?
10. O bem viver indígena pode ser alcançado somando os conhecimentos acadêmicos com os tradicionais?